

CONJUNTURA



11
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

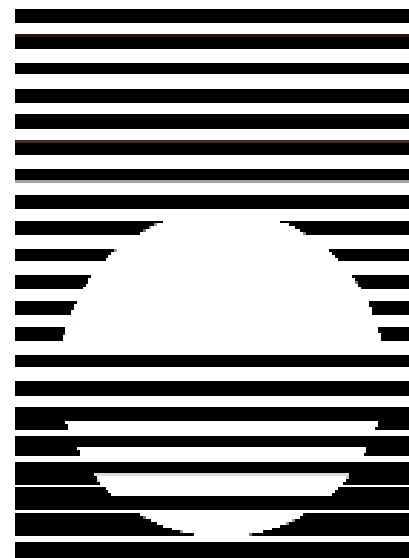
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Desigualdades e violências raciais em evidência no mês da consciência negra no Brasil
Posicionamento de Brasil e México sobre as eleições nos Estados Unidos

Página 05

Governo Bolsonaro mantém alinhamento aos EUA e hostiliza a China
Embaixada chinesa no Brasil critica declarações de Eduardo Bolsonaro sobre 5G

Página 06

Parlamentares chilenos alertas ao avanço chinês no setor energético do país
Presidentes do Chile e Colômbia participam de encontro bilateral em Santiago
Reunião da Comissão Assessora de Relações Exteriores gera críticas na Colômbia

Página 07

Vacância da presidência e turbulências no Peru
Comissão Interamericana de Direitos Humanos reage à ação da polícia uruguaia

Página 08

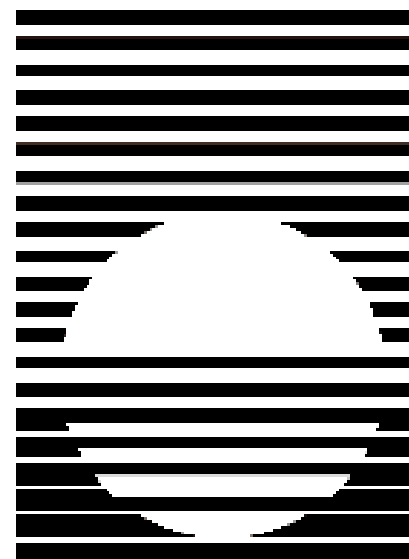
Estado mexicano é responsável pela maioria das violações de direitos humanos no país
Alberto Fernández envia projeto para legalização do aborto na Argentina

Página 09

Estudo revela que gravidez na adolescência impacta diretamente o PIB de países da América Latina e Caribe
Furacões Eta e Iota deixam milhares desabrigados e criam risco de deslocamentos forçados

Página 10

Devido aos confrontos em Tigré, civis fogem para o Sudão
União Africana e ONU debatem crise na Etiópia



Página 11

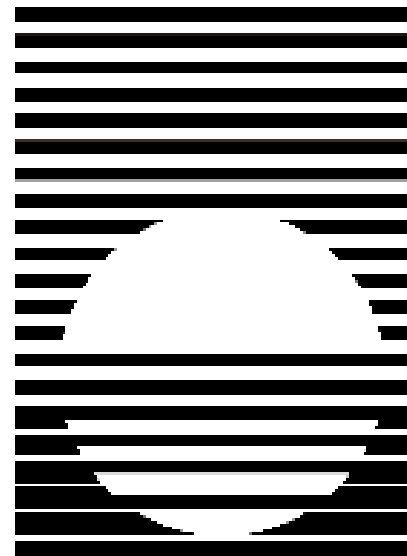
Os BRICS e o Conselho de Segurança da ONU
China reforça multilateralismo e cooperação na região
e no mundo
Índia bloqueia aplicativos chineses por suposta
violação à sua soberania

Página 12

Venda de drones e restrição a jornalistas chineses
friccionam relações entre China e EUA
Retomada de gasoduto russo acirra tensões com o
Ocidente

Página 13

Ameaça à população sexo-gênero diversa na Hun-
gria e a estratégia da Comissão Europeia para os
direitos LGBTI+



Desigualdades e violências raciais em evidência no mês da consciência negra no Brasil

No dia 19 de novembro, véspera do feriado da consciência negra no Brasil, João Alberto Freitas, de 40 anos, foi espancado por um segurança e um policial e veio a falecer no estacionamento do supermercado Carrefour em Porto Alegre. Outras pessoas assistiram, mas não conseguiram impedir o ocorrido. Nos dias que se seguiram, protestos antirracistas foram realizados em diversas cidades no país nas redes do supermercado, como no Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Brasília. Pesquisa elaborada pelo Atlas Político, divulgada no dia 22 de novembro, informa que 90% dos brasileiros ouvidos acreditam que existe racismo no país. Por outro lado, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, lamentou a morte, mas discordou sobre existência de racismo no Brasil. Já o presidente, Jair Bolsonaro, ao discursar na Conferência do G20, no dia 21 de novembro, também negou o racismo estrutural, falando sobre divisão de raças e evitando mencionar o nome de João Alberto ou prestar solidariedade à sua família. Antes, no dia 15 de novembro, haviam sido divulgadas ameaças à primeira vereadora negra eleita em Joinville, Santa Catarina, Ana Lúcia Martins. Em contrapartida, após o resultado do primeiro turno das eleições no Brasil, constatou-se o aumento de pessoas negras ocupando lugares nas Câmaras Municipais e Prefeituras do país, apesar de ainda haver subrepresentação. Ainda sobre a violência perante grupos racializados, com o aumento dos casos de Covid-19 no Brasil, no dia 19 de novembro foi divulgado um relatório produzido pelo Fórum de Lideranças da TIY e pela Rede Pró-Yanomami e Ye'kwanaum, no qual pode-se constatar que o número de casos confirmados de contaminados entre os Yanomami em Roraima e no Amazonas saiu de 335 para 1,2 mil entre agosto e outubro, ou seja, um aumento de 250%. Ainda que 23 das 37 regiões indígenas brasileiras já foram expostas ao coronavírus.

Fontes: [Senado](#), 18/11/2020; [Nexo](#), 19/11/2020; [Folha de S. Paulo](#), 19/11/2020; [BBC](#), 19/11/2020; [Uol](#), 21/11/2020; [El País](#), 21/11/2020, [El País](#), 23/11/2020.

Posicionamento de Brasil e México sobre as eleições nos Estados Unidos

No mês de novembro, Joe Biden e Kamala Harris – que concorreram aos cargos de presidente e vice-presidente dos Estados Unidos, respectivamente – venceram as eleições presidenciais. Assim que a vitória de ambos foi consumada, a maior parte dos países apressou-se em reconhecer o resultado, com exceção de quatro: Brasil, México, Rússia e Coreia do Norte. No caso brasileiro, apesar de inicialmente ter se mantido em silêncio, o presidente Jair Bolsonaro alegou que houve fraude nas eleições presidenciais dos EUA e informou que esperaria a ratificação do processo eleitoral pela Justiça Eleitoral ou pela Suprema Corte estadunidense. O vice-presidente Hamilton Mourão reafirmou que o governo brasileiro estaria aguardando a conclusão do processo eleitoral para se manifestar publicamente, mas disse que a vitória de Biden estaria cada vez mais irreversível. Por outro lado, tão logo Biden foi declarado vencedor, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, parabenizou o presidente eleito pelo triunfo, assim como o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que cumprimentou Biden e Harris. No caso mexicano, o presidente Andrés Manuel López Obrador, tal como Bolsonaro, não reconheceu a vitória de Biden. Oficialmente, a justificativa de Obrador também é a de esperar a conclusão das disputas na justiça e do processo eleitoral. O governo mexicano baseia sua posição em duas doutrinas que orientam sua política externa: a Doutrina Carranza e a Doutrina Estrada. A primeira sustenta o respeito à soberania nacional e a não-intervenção em assuntos domésticos de outros países, enquanto a segunda instrui que a legitimidade de governos estrangeiros não deve ser questionada. Embora o Senado mexicano tenha seguido a posição do governo, integrantes do bloco de oposição enviaram uma carta aberta a Biden e Harris parabenizando-os pela vitória e desejando iniciar a construção de uma nova etapa nas relações entre os dois países.

Fontes: [Folha de S.Paulo](#), 07/11/2020; [Folha de S.Paulo](#), 09/11/2020; [El Universal](#), 09/11/2020; [El Universal](#), 09/11/2020; [El Universal](#), 11/11/2020; [El Universal](#), 12/11/2020; [Folha de S.Paulo](#), 13/11/2020; [Estadão](#), 13/11/2020; [Carta Capital](#), 29/11/2020.

Governo Bolsonaro mantém alinhamento aos EUA e hostiliza a China

Além de endossar as acusações de Donald Trump sobre uma suposta fraude no processo eleitoral estadunidense, Bolsonaro fez uma ameaça velada ao candidato eleito, Joe Biden, em resposta à proposta de aplicar sanções econômicas ao Brasil em virtude da destruição da Amazônia. Segundo Bolsonaro, “apenas a diplomacia não dá [...] Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora, senão não funciona”. Apesar da retórica inflamada, o governo brasileiro segue com a política de alinhamento aos EUA, pelo menos no que diz respeito à China e sua empresa de telecomunicação, Huawei. No dia 10 de novembro, o Brasil aderiu à iniciativa Clean Network, liderada pelos EUA, com o objetivo de convencer países a banir fornecedores considerados não confiáveis para a instalação da internet 5G, dentre os quais inclui-se a Huawei. No mesmo dia, o Itamaraty anunciou o lançamento do Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão (JUSBE), fórum político que, entre outros objetivos, visa coordenar uma política comum em relação à China, no que toca a “utilização de redes 5G transparentes, seguras e baseadas na livre e justa concorrência”. No dia 23, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, voltou a hostilizar o país asiático ao reforçar a adesão brasileira à iniciativa Clean Network, em repúdio “a entidades classificadas como agressivas e inimigas da liberdade, a exemplo do Partido Comunista Chinês”. A declaração foi mal recebida pela embaixada chinesa no Brasil, que chegou a falar em consequências negativas caso a retórica esposada por Eduardo não seja abandonada. O desgaste diplomático se aprofundou ainda mais com as críticas do vice-presidente Hamilton Mourão e do Itamaraty à resposta chinesa, que, segundo eles, teria ultrapassado o bom tom. A deterioração da relação Brasil-China já mostra sinais em outras instâncias, como na reunião do grupo BRICS, ocorrida no dia 17, em que, sob pressão chinesa, o Brasil aceitou retirar um trecho da declaração final, presente nos documentos dos encontros anteriores, no qual China e Rússia apoiam a aspiração dos demais membros do grupo para desempenhar papel mais relevante na ONU.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 10/11/2020; [MRE](#), 10/11/2020; [Estadão](#), 10/11/2020; [Folha de S. Paulo](#), 17/11/2020; [Estadão](#), 26/11/2020; [Folha de S. Paulo](#), 27/11/2020; [G1](#), 29/11/2020.

Embaixada chinesa no Brasil critica declarações de Eduardo Bolsonaro sobre 5G

No dia 24 de novembro, a embaixada chinesa no Brasil, por meio de nota publicada em suas redes sociais, pediu o fim das “desinformações e calúnias sobre a China e a amizade sino-brasileira”. A nota assinada pelo embaixador Yang Wanming foi uma resposta direta aos comentários na mesma rede social feitos pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), atualmente presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). O deputado foi citado nominalmente pelo embaixador como uma das personalidades que deveriam “deixar de seguir a retórica da extrema direita norte-americana”. O deputado Bolsonaro havia celebrado no dia anterior a adesão do Brasil à iniciativa Clean Network - projeto estadunidense de exclusão de empresas chinesas das redes de internet 5G - e acusado a China de espionagem. A diplomacia chinesa vem fazendo uso das redes sociais para marcar suas posições sobre tópicos altamente politizados como o 5G, a pandemia de Covid-19 e questões humanitárias em Xinjiang e Hong Kong. Além do Brasil, representantes de EUA e Austrália também já estiveram em meio a trocas de acusações do mesmo tipo no Twitter. A nota chinesa causou reações entre membros do Executivo e Legislativo brasileiro. O Ministério das Relações Exteriores reprovou o uso das redes sociais pelos agentes diplomáticos chineses e classificou a ação como “ofensiva” e “desrespeitosa”. O presidente da Frente Parlamentar Brasil-China, deputado Fausto Pinato (PP-SP), demonstrou preocupação com o que chamou de irresponsabilidade de Eduardo Bolsonaro e instou o Congresso Nacional e o STF a “tomarem providências urgentes”. A deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC) apresentou requerimento ao plenário pedindo destituição de Bolsonaro da presidência da CREDN.

Fontes: [Carta Capital](#), 24/11/2020; [Carta Capital](#), 25/11/2020; [Correio Braziliense](#), 25/11/2020; [Correio Braziliense](#), 25/11/2020; [DW](#), 25/11/2020; [Estado de Minas](#), 26/11/2020; [The Guardian](#), 02/12/2020.

Parlamentares chilenos alertas ao avanço chinês no setor energético do país

A State Grid Corporation of China firmou, no mês de novembro, um acordo para a compra da Companhia de Distribuição de Eletricidade (CDE), a maior do setor energético chileno. A CDE, encarregada de 40% da energia elétrica do Chile, foi comprada por US\$ 3 bilhões do grupo espanhol Naturgy. Além da nova aquisição, em 2019 a estatal chinesa já havia comprado também outras duas empresas menores a Enel e a Chilquinta, convertendo-se na responsável por mais da metade da distribuição elétrica em solo chileno. Esse avanço chinês no mercado energético do Chile gerou um alerta entre alguns parlamentares. No dia 23 de novembro, em uma sessão da comissão de economia da Câmara dos Deputados, foram abordadas a venda da CDE, bem como a participação do Estado chinês na geração, transmissão e distribuição de energia no Chile através de outras empresas além da State Grid. Na ocasião, foi acordado que a comissão convocaria os ministros do Interior e da Defesa para abordarem possíveis riscos ou impactos para a segurança energética do Chile devido a expansão da China neste setor. Em entrevista, o ministro da Energia, Juan Carlos Jobet, afirmou que a venda da CDE é um sinal de que os investidores estrangeiros confiam no mercado chileno e que espera que a empresa entregue um serviço de qualidade à população. Na mesma lógica, o subsecretário de relações econômicas internacionais, importante cargo dentro do Ministério das Relações Exteriores, destacou que o país não discrimina nenhum investidor internacional e que o Chile, ao contrário de outros Estados, não limita a participação estrangeira em setores chaves da economia.

Fontes: [Cooperativa](#), 13/11/2020; [La Tercera](#), 13/11/2020; [El Mostrador](#), 13/11/2020; [EMOL](#), 25/11/2020.

Presidentes do Chile e Colômbia participam de encontro bilateral em Santiago

Em 8 de novembro, o presidente colombiano Iván Duque fez uma viagem oficial ao Chile. Recebido por Sebastián Piñera, presidente chileno, os chefes de Estado trataram da agenda de combate à pandemia em seus respectivos países, da agenda bilateral e das alianças regionais da América do Sul. O encontro foi

a primeira viagem de um representante estrangeiro ao Chile desde outubro de 2019, quando se iniciaram os massivos protestos na capital chilena, que culminaram na convocação do plebiscito constitucional. Nesta reunião, houve discussões em preparação para a transferência da presidência temporária da Aliança do Pacífico e do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) do Chile para a Colômbia, que ocorrerá em dezembro de 2020. No âmbito das discussões sobre a Aliança do Pacífico, foi realizado um diálogo sobre a necessidade de continuar progredindo na livre circulação de bens e serviços, na incorporação do Equador e na convergência com o Mercosul. No tocante ao Prosul, Iván Duque discursou que a Colômbia irá trabalhar em prol de um “tratado constitutivo” para o Prosul, para que o arranjo regional possa ser incorporado com bases legais em cada país-membro, tendo como pilar central a construção de uma “instituição não burocrática e unida através de princípios de defesa da democracia, liberdade, livre comércio e empreendedorismo com um sentido social”.

Fontes: [La República](#), 08/11/2020; [DW](#), 09/11/2020; [El Tiempo](#), 09/11/2020.

Reunião da Comissão Assessora de Relações Exteriores gera críticas na Colômbia

No dia 27 de novembro, a Comissão Assessora de Relações Exteriores (CARE) colombiana se reuniu pela primeira vez durante o mandato do presidente Iván Duque, após uma ordem expedida pelo Conselho de Estado. Tal comissão, integrada por membros nomeados pelo presidente, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados tem como função assessorar o Poder Executivo em assuntos internacionais. Na Colômbia é comum que ex-presidentes participem da CARE, contudo nenhum dos ex mandatários recentes do país compareceram ao encontro. César Gaviria (1990-1994) e Ernesto Samper (1994-1998), ao recusarem o convite para a reunião, teceram críticas ao atual governo, afirmando que o interesse não era utilizar a Comissão com caráter consultivo, mas apenas cumprir o mandado judicial. Em carta à atual chanceler, Claudia Blum, Gaviria criticou a política externa de Duque, afirmando que possui discordâncias com relação à condução das relações

com os EUA, à posição de subordinação em que a Colômbia se encontra e às formas de lidar com o tráfico de narcóticos e outras substâncias. Assim como os ex-presidentes, outros setores políticos criticaram a reunião da Comissão, uma vez que o presidente não compareceu ao encontro e havia se negado a convocar a CARE até o momento. Após o encontro, o senador da oposição, Antonio Sanguino, salientou que a agenda se reduziu a discutir a reativação econômica do país, em função da crise causada pela pandemia. Nesse sentido, reforçou que temas importantes – como a nova relação entre a Colômbia e os EUA após a eleição de Joe Biden – ou críticos – como a relação com a Venezuela e o problema migratório – não foram debatidos. Por sua vez, a chanceler Blum defendeu o trabalho da Comissão, afirmando que foram discutidas ações importantes de política exterior que contribuirão para a recuperação da economia nacional.

Fontes: [RCN](#), 27/11/2020; [El Tiempo](#), 27/11/2020; [RCN](#), 27/11/2020.

Vacância da presidência e turbulências no Peru

O mês de novembro foi pontuado por mais um capítulo da crise política envolvendo o presidente Martín Vizcarra. No dia 9, foi votada nova ação de vacância presidencial por incapacidade moral permanente, desta vez pelo recebimento de 2,3 milhões de soles peruanos (cerca de 640 mil dólares) de empreiteiras enquanto governador de Moquegua. No Congresso, os legisladores peruanos aprovaram a vacância, com 105 votos favoráveis, 19 votos contrários e 4 abstenções. Na manhã seguinte, foi empossado no lugar de Vizcarra o presidente do Congresso, Manuel Merino, visto que as três vice-presidências estavam todas vacantes desde outubro de 2019. No dia 12 de novembro, manifestações da sociedade civil, críticas a deposição de Vizcarra e a legitimidade da nomeação de Merino enquanto presidente, foram observadas nas ruas de Lima. As manifestações, duramente reprimidas pelas forças policiais, deixaram 27 feridos. Dois dias depois, uma segunda manifestação foi convocada e, desta vez, o número de pessoas feridas pela repressão policial chegou a 100 pessoas e dois manifestantes

foram mortos. Diante disto, organizações de direitos humanos pediram a responsabilização criminal, por homicídio qualificado, do presidente Merino, do chefe do gabinete ministerial Antero Flores-Aráoz, do ministro do Interior Gastón Rodríguez e das autoridades policiais envolvidas na operação de repressão aos protestos. No dia 15 de novembro, o presidente Merino renunciou ao cargo, assim como o presidente interino do Congresso, Luiz Valdez, o que deixou o país formalmente sem governo oficial por 24 horas. O Congresso peruano, já em 16 de novembro, votou a indicação de uma nova mesa diretora, em uma chapa encabeçada por Fernando Sagasti, contando com Mirtha Vásquez, Luis Roel e Matilda Fernández como primeira, segundo e terceira vice-presidentes. A recomposição da mesa diretora legitimou Fernando Sagasti como sucessor legítimo ao cargo de presidente da República. A faixa presidencial foi passada cerimonialmente para a primeira vice-presidenta do Congresso, Mirtha Vásquez, que a transmitiu para o presidente Sagasti. A deputada Vásquez assumiu a presidência do Congresso.

Fontes: [Gestión](#), 09/11/2020; [La República](#), 10/11/2020; [Gestión](#), 13/11/2020; [El Comercio](#), 15/11/2020; [La República](#), 16/11/2020.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos reage à ação da polícia uruguaia

No dia 1º de novembro, em meio ao aumento dos casos de Covid-19 no Uruguai, houve um incidente na praça Líber Seregni, em Montevideu, em função de uma concentração de pessoas. Após uma primeira tentativa da polícia para encerrar a aglomeração, houve confronto. O Ministério do Interior informou que a aglomeração tinha aproximadamente duzentas pessoas e que os policiais foram recebidos com insultos e ameaças. Segundo a versão da polícia, os policiais foram atacados com garrafadas e pedradas, e três deles saíram feridos. No total, onze pessoas foram presas. A atuação da polícia gerou críticas por parte de ativistas e coletivos antirracistas que protestaram no dia seguinte ao confronto na mesma praça, repudiando a ação da polícia e a classificando como racista e repressora. A oposição ao governo federal também

se manifestou. Representantes da Frente Ampla solicitaram explicações ao Ministério do Interior, que defendeu que não houve nenhum abuso policial e que o trabalho da polícia foi profissional. Em nota divulgada no dia 3 de novembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) comentou que recebia com preocupação a informação da participação da polícia para dissolver reuniões sociais no contexto de medidas de contenção da pandemia de Covid-19. Em um comunicado divulgado no dia 4, a chancelaria uruguaia afirmou que a intervenção da Polícia Nacional ocorreu com base no diálogo, instando as pessoas a adotarem as medidas de precaução e acabarem com a aglomeração em função dos riscos que ela envolve. Além disso, criticou a precipitação e falta de imparcialidade da CIDH na avaliação de supostos abusos da polícia. Por fim, solicitou que a Comissão seguisse os procedimentos de se comunicar com o governo antes de realizar pré-julgamentos e lamentou que ela fizesse uso de sua missão institucional para levar adiante ações incompatíveis com a missão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Fontes: [El Observador](#), 02/11/2020; [El Observador](#), 02/11/2020; [El Observador](#), 03/11/2020; [El Observador](#), 04/11/2020; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay](#), 04/11/2020.

Estado mexicano é responsável pela maioria das violações de direitos humanos no país

No dia 25 de novembro, o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), afirmou que o Estado não é mais o principal violador de direitos humanos no país. AMLO declarou ainda que não há impunidade e que a trajetória de 36 anos de políticas desumanas chegou ao fim. A afirmação aconteceu no Dia Internacional de Eliminação da Violência contra a Mulher. Por meio de sua conta no Twitter, o presidente ainda postou que a violência de gênero não é compatível com seu governo. Entretanto, o conteúdo desse tweet pode ser confrontado com dados de diversas fontes. No mês de novembro, foi constatado pelo Sistema Nacional de Alerta de Violação de Direitos Humanos da Comissão Nacional de Direitos humanos (CNDH) que as instituições de segurança do México são

acusadas, em média, três vezes ao dia por violação dos direitos humanos. A instituição recebeu, entre janeiro e setembro de 2020, 864 denúncias de atos cometidos pela Defesa Nacional, Marinha, Guarda Nacional (GN) e demais dependências federais que cuidam da agenda de segurança. Há um leque variado de acusações, como detenções arbitrárias, tratamento cruel e inumano, tortura, intimidações, agressões contra migrantes, transgressão dos direitos das mulheres, desaparecimento forçado e privação da vida. No dia 5 de novembro, já havia sido noticiado que a GN tinha recebido 209 queixas de violação dos direitos humanos entre janeiro e setembro, tornando-se, assim, a instituição federal com mais acusações nessa alçada. A GN foi criada com a promessa de que seria uma iniciativa civil para a segurança do país, conforme determinado na reforma constitucional. Contudo, de acordo com a Anistia Internacional, em julho de 2020 a GN era composta por aproximadamente 90 mil membros, dos quais um pouco mais de 51 mil vieram transferidos do Exército, em torno de 10 mil da Marinha e 26 mil da extinta Polícia Federal. O Exército e a Marinha foram também responsáveis por todo treinamento de seus antigos membros que se uniram a GN. Apesar disso, AMLO ampliou o papel das Forças Armadas na aplicação da segurança pública até 2024, e lhes confiou projetos importantes como a construção do aeroporto da Cidade do México e um trem turístico que conecte as ruínas maias. O governo também deslocou as Forças Armadas para ajudar na resposta a pandemia da Covid-19, e anunciou um plano de passar o controle dos portos e aduanas para o Exército e a Marinha.

Fontes: [El Universal](#), 05/11/2020; [Anistia Internacional](#), 08/11/2020; [Político MX](#), 25/11/2020; [El Universal](#), 30/11/2020.

Alberto Fernández envia projeto para legalização do aborto na Argentina

No dia 17 de novembro, o presidente argentino Alberto Fernández enviou à Câmara dos Deputados um projeto de lei sobre interrupção voluntária de gravidez. A proposta, ventilada desde a campanha presidencial e ratificada durante o pronunciamento presidencial na abertura das Sessões Legislativas em março, foi anunciada em vídeo pelo presidente

argentino e rapidamente repercutiu nas redes sociais. Além do aborto seguro, legal e gratuito realizado no sistema de saúde, o projeto de lei também prevê o estabelecimento de um programa de acompanhamento de crianças e mães em situação de vulnerabilidade nos três primeiros anos após o nascimento (Plan de los Mil Dias) e a garantia de benefícios sociais ligados à Asignación Universal por Hijo (AUH). Segundo a assessora técnica e porta voz da Casa Rosada, Vilma Ibarra, o projeto trata o aborto como uma questão de saúde pública e ataca diretamente o elevado número de abortos clandestinos no país. O debate Legislativo, porém, deve mobilizar opiniões favoráveis e contrárias. Em 28 de novembro, manifestantes antiaborto organizaram protestos em repúdio ao projeto de lei anunciado por Fernández. Com participação de membros das Igrejas católicas e evangélicas, os manifestantes criticaram o atual presidente, disseram ser maioria e apontaram que o projeto tende a reforçar a discordância política entre a população - potencializada pelo contexto da pandemia.

Fontes: : [Infobae](#), 10/11/2020; [Infobae](#), 17/11/2020; [Folha de S. Paulo](#), 26/11/2020; [G1](#), 28/11/2020.

Estudo revela que gravidez na adolescência impacta diretamente o PIB de países da América Latina e Caribe

No dia 11 de novembro, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) divulgou o estudo “Consecuencias socioeconómicas del embarazo en la adolescencia en seis países de América Latina y el Caribe” que revela que a gravidez na adolescência e a maternidade precoce têm forte impacto na trajetória da vida das mulheres na América Latina e Caribe, atuando diretamente no acesso à saúde, educação e mercado de trabalho, mas também nas economias nacionais. Segundo Federico Tobar, conselheiro regional do UNFPA, a gravidez na adolescência é uma “fábrica de pobres na América Latina”. O estudo realizado pela agência da ONU levou em consideração Argentina, Colômbia, Equador, Guatemala, México e Paraguai, e revelou que metade das mulheres que se tornam mães entre os 10 e 19 anos se dedicam exclusivamente às tarefas domésticas. Essas meninas também possuem três vezes menos oportunidades de acesso ao ensino superior do que as mulheres que não

engravadam na adolescência, a taxa é de 6,4% contra 18,6%, impactando diretamente suas rendas e fazendo com que ganhem 24% a menos, visto que mulheres que engravidam após os 20 anos ganham mais. Além da limitação do potencial de desenvolvimento, o estudo ressalta os custos para os Estados. Tobar detalha que, nos países que são apresentados no relatório, a gravidez na adolescência e a maternidade precoce têm um custo de US\$1.24 bilhão, o mesmo que 0,35% do PIB dos Estados. Apenas em 2018 os seis países deixaram de arrecadar US\$ 746 milhões em impostos, visto que mães adolescentes tendem a pagar menos impostos e possuem menos consumo devido às suas condições sociais. O conselheiro regional do UNFPA também alertou que a pandemia da Covid-19 impactou esta realidade, e estimou que em 2021 haverá entre 400 e 500 mil gravidezes na adolescência a mais, que terão um custo adicional para a região em torno de US\$ 600 milhões. Isto se dá pela restrição ao acesso a métodos contraceptivos – tanto por fatores econômicos quanto pela falta de oferta – e abusos sexuais – principalmente a menores de 15 anos.

Fontes: [DW](#), 11/11/2020; [G1](#), 12/11/2020; [El Mostrador](#), 21/11/2020.

Furacões Eta e Iota deixam milhares desabrigados e criam risco de deslocamentos forçados

No mês de novembro, a América Central foi atingida pelos furacões Eta e Iota, deixando pelo menos 200 mortos, milhares de desabrigados e milhões de dólares em danos a infraestrutura socioeconômica nos países da região. O furacão Eta chegou ao norte da Nicarágua como categoria quatro, sendo superado pelo Iota que alcançou a categoria cinco, a categoria máxima, ao atingir o país no dia 16. A OIM destinou US\$ 750 mil em ajuda humanitária e reconstrução para El Salvador, Guatemala e Honduras, para compra de kits de higiene, equipamento de proteção, alimentos, material de limpeza e outros itens para as pessoas afetadas. A organização ressaltou a importância da assistência para evitar uma crise de deslocamentos forçados devido ao número de desabrigados, um total de 17,3 mil pessoas que estão em 132 abrigos temporários. A temporada de furacões do Atlântico registrou um recorde este ano com 30 tempestades

e 13 furacões nomeados, e especialistas já alertaram sobre a influência do aquecimento global em formar furacões com mais força e que duram mais tempo ao atingirem terra firme.

Fontes: [Aljazeera](#), 26/11/2020; [Correio do Povo](#), 26/11/2020; [ONU News](#), 27/11/2020.

Devido aos confrontos em Tigré, civis fogem para o Sudão

Desde 4 de novembro, a região de Tigré, ao norte da Etiópia, vem sofrendo com fortes combates, que tiveram início com as operações militares do primeiro-ministro etíope, Abiy Ahmed, após meses de tensão crescente com as autoridades regionais da Frente de Libertação do Povo de Tigré, devido ao não reconhecimento das eleições na região e ao corte do orçamento. Um ano após Abiy Ahmed receber o prêmio Nobel da Paz por seus esforços para encerrar 20 anos de guerra entre Etiópia e Eritreia, o governo federal se vê em meio a um conflito que deixou até agora centenas de mortos e milhares de deslocados. Mais de 43 mil pessoas abandonaram a região em direção ao Sudão, inclusive 100 mil refugiados eritreus. Segundo relatório da ONU, 600 mil pessoas não receberam as rações alimentares de que dependem para sobreviver. A UNICEF alerta que cerca de 2,3 milhões de crianças precisam de ajuda humanitária em Tigré, e estima que 12 mil, algumas sem pais ou famílias, estejam em campos de refugiados ou centros de acolhimento vivendo em condições insalubres, com acesso limitado à comida e água. A organização ainda afirmou que 45% dos refugiados são crianças. O Programa Mundial de Alimentos da ONU denunciou a falta de acesso humanitário à região afetada pelo combate, já que as comunicações e vias de transporte foram interrompidas, fazendo com que Tigré permaneça sem reabastecimento. O Primeiro ministro Ahmed afirma não querer interferência internacional para solucionar o conflito.

Fontes: [BBC](#), 15/11/2020; [ONU News](#), 16/11/2020; [ONU News](#), 20/11/2020; [DW](#), 20/11/2020; [Jornal de Angola](#), 20/11/2020; [TVI 24](#), 26/11/2020; [Aljazeera](#), 27/11/2020; [MSF](#), 27/11/2020; [ONU News](#), 27/11/2020.

União Africana e ONU debatem crise na Etiópia

No dia 4 de novembro, o governo da Etiópia lançou campanha militar contra a Frente de Libertação do Povo do Tigré (TPLF), partido político que controla parte da região norte da Etiópia e mantém unidades paramilitares e milícias locais. A ação foi autorizada pelo primeiro-ministro Abiy Ahmed Ali, que foi laureado com o Nobel da Paz em 2019. O líder etíope acusou a TPLF de atacar uma base militar do governo para roubar armas e munição. A União Africana (UA), órgão sob presidência da África do Sul e cuja sede se encontra em Adis Abeba na Etiópia, nomeou três enviados especiais para tentar a mediação entre as partes: Joaquim Chissan, Ellen Johnson-Sirleaf e Kgalema Motlanthe, ex-presidentes de Moçambique, Libéria e África do Sul, respectivamente. O Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, defendeu a criação de um corredor humanitário para prestar assistência aos civis, para evitar crises ainda maiores. Cerca de 40 mil habitantes do Tigré já buscaram refúgio no Sudão, bem como há fluxos de deslocamentos internos significativos na região. Uma reunião de emergência do Conselho de Segurança foi marcada para o dia 24 de novembro, porém os países africanos que ocupam assentos não permanentes no órgão (África do Sul, Níger e Tunísia) pediram o adiamento da discussão, uma vez que os enviados da UA ainda não haviam chegado a Adis Abeba. A África do Sul defendeu que os esforços regionais deveriam ter prioridade antes de o Conselho de Segurança tomar qualquer decisão sobre o tema. Contrariados, os membros europeus forçaram a realização da reunião a portas fechadas, porém esta terminou sem pronunciamento oficial. Foi nesse contexto conturbado que os enviados da UA se encontraram com o líder etíope no dia 27 de novembro para iniciar um processo de mediação, por enquanto, ainda sem sucesso. O primeiro-ministro etíope descartou o cessar-fogo, exaltando o direito de defesa da soberania nacional, e, dois dias depois, anunciou a tomada de Mekele, capital do Tigré.

Fontes: [Reuters](#), 10/11/2020; [ONU News](#), 24/11/2020; [RFI](#), 24/11/2020; [Istoé](#), 24/11/2020; [Correio Brasiliense](#), 25/11/2020; [News24](#), 27/11/2020; [Exame](#), 28/11/2020; [R7](#), 29/11/2020.

Os BRICS e o Conselho de Segurança da ONU

No dia 19 de novembro, foi publicada a declaração final da Cúpula dos BRICS 2020, como resultado da reunião realizada no dia 17. No documento, foi adotado um posicionamento distinto dos anos anteriores no que diz respeito a ampliação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e a abertura de uma vaga permanente para Brasil, Índia e África do Sul. Apesar de apoiarem consensualmente a candidatura do Brasil para membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU no biênio 2022-2023, os membros do BRICS não conseguiram construir na edição de 2020 o consenso necessário para incluir a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Sob presidência da Rússia, o BRICS defendeu apenas uma reforma ampla da ONU. A retirada do apoio do BRICS à reivindicação brasileira, indiana e sul-africana pode ser compreendida como o resultado de dois processos políticos no interior do grupo. O primeiro deles refere-se a uma mudança na posição chinesa em relação ao tema, diante das recentes tensões na sua relação bilateral com a Índia. Ainda no âmbito desse primeiro processo, é pouco evidente em que medida os desgastes das relações bilaterais entre Brasil e China nos últimos meses podem ter contribuído para a mudança de posição por Pequim. O segundo processo no interior da dinâmica política do BRICS refere-se a uma menor determinação das diplomacias brasileira e sul-africana em defender a tradição das políticas externas desses países que reivindicam uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Fontes: [Agência Brasil](#), 17/11/2020; [Estadão](#), 19/11/2020; [Terra](#), 19/11/2020.

China reforça multilateralismo e cooperação na região e no mundo

No dia 13 de novembro, ao final da cúpula anual da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o acordo da Parceria Econômica Regional Abrangente (também conhecido por sua sigla em inglês, RCEP) foi assinado por China, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e dez Estados membros da ASEAN. Com isso, a RCEP tornou-se o maior bloco de livre comércio do mundo, considerando o tamanho da população e PIB envolvidos. O acordo entrará em vigor após a ratificação interna de todos os membros, o que é esperado para ocorrer no prazo de dois anos. O objetivo da parceria é buscar a redução de barreiras alfandegárias, a liberalização do comércio e de investimento em toda a região Ásia-Pacífico, além

do estabelecimento de novas regras sobre compras governamentais, política de concorrência e comércio eletrônico. O RCEP cobre um mercado de 2,2 bilhões de pessoas e um PIB acumulado de 26,2 trilhões de dólares, equivalente a 30% do PIB global. Além disso, corresponde a 28% do comércio global como também a 29,8% do investimento estrangeiro direto mundial. Li Keqiang, primeiro-ministro chinês, celebrou o novo pacto e afirmou que não é apenas uma conquista da cooperação regional do Leste Asiático, mas também uma vitória do multilateralismo e do livre comércio. Cabe salientar que, assim como no Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP, sigla em inglês), Índia e EUA não fazem parte do RCEP. Embora a Índia tenha participado das rodadas iniciais, decidiu por não continuar nas negociações, diante de discordâncias em temas sensíveis, como salvaguarda dos interesses de indústrias como a agropecuária e das vantagens concedidas ao setor de serviços do país. Não está claro em que medida as recentes tensões fronteiriças com a China pesaram também para essa decisão. Ademais, o acordo prevê cláusulas especiais que permitem a transferência de tecnologia e um maior prazo para a atualização dos procedimentos alfandegários para membros com menor poder econômico, como Laos, Mianmar e Camboja. Além da promoção da cooperação regional, entre os 17 e 22 de novembro, a China participou de três importantes reuniões de líderes, a do BRICS, da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico e do Grupo dos 20, assumindo o compromisso na implementação e busca por resultado dos assuntos tratados nos encontros. Reforçando a atuação internacional chinesa, Wang Xiaolong, membro do Ministério das Relações Exteriores da China, disse que as três reuniões enviaram uma mensagem clara: multilateralismo, solidariedade e coordenação são as melhores opções diante dos atuais desafios globais

Fontes: [Anadolu Agency](#), 15/11/2020; [SCMP](#), 15/11/2020; [Bangkok Post](#), 16/11/2020; [Xinhua](#), 16/11/2020; [Xinhua](#), 23/11/2020.

Índia bloqueia aplicativos chineses por suposta violação à sua soberania

No dia 24 de novembro, o governo indiano bloqueou o acesso a 43 aplicativos de celulares no país, a maioria deles de origem chinesa. O Ministério da Eletrônica e Tecnologia da Informação emitiu uma ordem para bloquear o acesso aos aplicativos com base em

relatórios do Centro de Coordenação de Crimes Cibernéticos da Índia, que indicavam a relação dos aplicativos com atividades prejudiciais à soberania e à ordem pública. Entre os aplicativos que tiveram seu funcionamento suspenso estão o AliSuppliers Mobile App, Alibaba Workbench e Aliexpress – Smarter Shopping, todos de propriedade da chinesa Alibaba. A decisão insere-se em um contexto de tensão geopolítica entre os dois países. Em junho, um confronto entre tropas chinesas e indianas no vale Galwan, em Ladakh, levou à morte de 20 soldados indianos. O território faz parte de uma disputa fronteiriça na região do Himalaia, a qual perdura há décadas. Desde o confronto, Índia e China acusam-se mutuamente de realizar disparos na fronteira, de mobilizar tropas e de construir ou melhorar infraestrutura no local, visando alterar a Linha de Controle Real a seu favor. Apesar da realização de diversos encontros entre autoridades dos dois países, não houve atenuação significativa do conflito, o que levou à mobilização de soldados na fronteira em disputa. Ao longo desse ano, mais de 200 aplicativos chineses foram banidos da Índia, incluindo o TikTok, o WeChat e PUBG Mobile. O ministério das Relações Exteriores chinês pediu o fim do bloqueio e acusou Deli de realizar prática comercial discriminatória contrária às normas da OMC, tendo como pretexto a segurança nacional. O porta-voz da embaixada chinesa na Índia declarou à imprensa que o governo do seu país sempre exigiu que as empresas chinesas no exterior cumprissem as regras internacionais e operassem em conformidade com as leis.

Fontes: [The Telegraph](#), 24/11/2020; [ETTelecom](#), 24/11/2020; [NDTV](#), 25/11/2020; [Financial Times](#), 26/11/2020.

Venda de drones e restrição a jornalistas chineses friccionam relações entre China e EUA

As relações diplomáticas entre China e EUA sofreram novos atritos no mês de novembro. No início do mês, o governo chinês criticou a política de renovação e prorrogação dos prazos de validade de vistos dos jornalistas chineses em território estadunidense. Segundo o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Wang Wenbin, os jornalistas chineses estariam em condição de incerteza sobre seu status nos EUA. Muitos receberam a resposta do pedido de prorrogação com atraso, quando a extensão do visto

concedida já estaria próxima de expirar. Jornalistas chineses acusam que entre as requisições formais para renovação dos vistos estaria a proibição de escrever “reportagens noticiosas” no período em que aguardam a prorrogação do visto. O Ministério de Relações Exteriores da China ameaçou adotar medidas recíprocas contra jornalistas estadunidenses caso o país não suspenda as medidas em curso, consideradas persecutórias. Por sua vez, o embaixador estadunidense em Pequim declarou que as medidas tomadas pelo governo de seu país são transparentes e que a ameaça de reciprocidade é “inaceitável, inapropriada e ilusória” e que não passa de “bullying” do governo chinês. No dia 4 de novembro, houve um novo atrito nas relações bilaterais, resultado da aprovação pelo Congresso estadunidense da venda de 600 milhões em equipamentos militares, dentre os quais drones armados. Wu Qian, porta-voz do Ministério da Defesa chinês, apresentou condenação formal à exportação de material militar sensível para Taiwan, e afirmou que a concretização da venda pode enviar mensagem equivocada para os separatistas taiwaneses. O governo chinês reforçou a importância do princípio de “uma China, dois sistemas” e a inadequação do reconhecimento de “duas Chinas” ou de “uma China, uma Taiwan”, algo que foi reforçado no dia 9 de novembro pelo representante do Escritório de Relações Taiwanesas do Conselho de Estado, quando a Assembleia Mundial de Saúde decidiu não discutir a requisição do governo de Taiwan de participar da mesma enquanto Estado-observador.

Fontes: [South China Morning Post](#), 03/11/2020; [Xinhua](#), 03/11/2020; [South China Morning Post](#), 04/11/2020; [Xinhua](#), 04/11/2020; [Xinhua](#), 09/11/2020.

Retomada de gasoduto russo acirra tensões com o Ocidente

O mês de novembro foi marcado por mais um episódio de acirramento das tensões entre a Rússia e os Estados Unidos, dessa vez por conta do anúncio feito pela Rússia da retomada da construção do gasoduto NordStream 2. A malha de tubos, que somados totalizam cerca de 1.300 quilômetros de extensão, tem como objetivo transportar o gás natural produzido pela estatal russa Gazprom diretamente para a Alemanha. O acordo, assinado em 2015, teve amplo apoio

do governo alemão, que deseja reduzir a dependência do carvão, mas repercutiu negativamente entre seus aliados ocidentais, sobretudo os Estados Unidos. Os americanos argumentam que o empreendimento aumentará a dependência energética da região com a Rússia, gerando vulnerabilidade econômica. Outros Estados europeus que se apresentam contrários ao projeto, como a Ucrânia, apontam para os impactos ambientais gerados pelo empreendimento – que já se encontra em fase final, embora as obras tenham sido paralisadas no ano passado. A paralisação se deu por conta do anúncio de retirada da empresa suíça Allseas das construções, após sanções aplicadas pelo governo estadunidense. Em novembro, contudo, a Rússia anunciou a reativação do projeto e já está tomando as providências logísticas necessárias para sua retomada, a despeito da postura intransigente dos Estados Unidos, que mantém a ameaça de sanções às empresas envolvidas no projeto caso as obras sejam reiniciadas.

Fontes: [Tass](#), 09/11/2020; [Russia Today](#), 21/11/2020; [Russia Today](#), 30/11/2020; [Tass](#), 30/11/2020, [Kyiv Post](#), 30/11/2020.

Ameaça à população sexo-gênero diversa na Hungria e a estratégia da Comissão Europeia para os direitos LGBTI+

Em 10 de novembro, o partido governista húngaro de extrema direita, o Fidesz, do primeiro ministro Viktor Orban, apresentou uma série de emendas à constituição húngara que devem ser votadas no início de dezembro. Entre as várias emendas, destaca-se a que restringe a adoção de crianças apenas por casais heterossexuais formalmente casados - o que exclui casais do mesmo sexo (o casamento entre pessoas do mesmo sexo não é reconhecido na Hungria), pessoas solteiras e casais heterossexuais em uniões não formalizadas como o casamento. O texto estabelece que “as crianças têm o direito à identidade de acordo com o sexo/gênero do nascimento” e a educação infantil deve estar “de acordo com os valores baseados na identidade constitucional de nossa pátria e na cultura cristã”. Ainda, que “a mãe é uma mulher e o pai é um homem” e que “o instituto do casamento é aquele entre um homem e uma mulher”. No mês de maio, o Parlamento, durante a primeira onda de Covid-19, banuiu o reconhecimento de pessoas

transexuais e intersexo ao proibir as retificações de sexo/gênero designadas no nascimento. Esta última iniciativa do governo húngaro contra a população LGBTI+ gerou críticas da sociedade civil e de organizações não governamentais, na medida em que a emenda é apresentada em um momento em que a Hungria encontra-se em uma segunda onda da pandemia de Covid-19 e os protestos estão suspensos. O governo de Orbán enfrenta pressões no âmbito da União Europeia, que vincula o desembolso de fundos ao cumprimento de padrões de respeito à legislação da União, assim como pressão sobre o aumento de casos de coronavírus no país. Poucos dias após o envio do projeto de emenda ao Parlamento húngaro, a Comissão Europeia apresentou uma nova estratégia para a população LGBTI+. De acordo com a declaração da vice-presidente do órgão, Vera Jourova, os abusos contra a comunidade LGBTI+ “pertencem a uma cartilha autoritária e não tem lugar na União Europeia”. Em resposta, a ministra da Justiça da Hungria, Judit Varga, afirmou que o país “não aceitaria quaisquer ameaças financeiras para proteger o papel tradicional da família e do casamento”. De acordo com o projeto europeu para os próximos cinco anos, há a destinação de fundos para aqueles Estados-membros que desenvolvam essas estratégias e que efetivamente cumpram a lei anti-discriminação da União Europeia. Um dos itens da proposta é o reconhecimento pelos Estados-membros de direitos parentais relacionados a casais do mesmo sexo, além da criminalização dos discursos de ódio e ofensa relacionados à população LGBTI+ por meio de previsão legal em tratados europeus.

Fontes: [BBC](#), 11/11/2020; [Reuters](#), 11/11/2020; [The Guardian](#), 11/11/2020; [Human Rights Watch](#), 11/11/2020; [The Guardian](#), 12/11/2020.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

